



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DAS HUMANIDADES E LETRAS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

DENISE DOS SANTOS RAMOS

**MULHERES NEGRAS E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA:
AS LEGISLATURAS DE TIA ERON E ROSÂNGELA GOMES (2015-2018)**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2018

DENISE DOS SANTOS RAMOS

**MULHERES NEGRAS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA:
AS LEGISLATURAS DE TIA ERON E ROSANGELA GOMES (2015-2018)**

Projeto de Pesquisa apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso do Bacharelado em Humanidades na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, sob a orientação da Prof^ª. Dr^ª. Maria Cláudia Ferreira Cardoso.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2018

DENISE DOS SANTOS RAMOS

**MULHERES NEGRAS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA:
AS LEGISLATURAS DE TIA ERON E ROSANGELA GOMES (2015-2018)**

Trabalho de conclusão de curso de graduação, modalidade Projeto de Pesquisa, apresentado à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em: 05/06/2018

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Cláudia Cardoso Ferreira (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Unilab

Profa. Dra. Profa Dra Clarisse Goulart Paradis

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Unilab

Profa. Ms Waneska Cunha dos Anjos

Instituto Federal da Bahia - IFBA

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	DELIMITAÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO	10
3	DISCUSSÃO BIBLIOGRÁFICA	13
4	JUSTIFICATIVA	14
5	OBJETIVOS	16
5.1	GERAL	16
5.2	ESPECÍFICOS	16
6	QUADRO TEÓRICO	16
7	METODOLOGIA	20
8	CRONOGRAMA PARA O MESTRADO	21
	REFERÊNCIAS	22

1 INTRODUÇÃO

Este projeto de pesquisa é um dos requisitos exigidos para a conclusão do curso de Bacharelado em Humanidades na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, Campus do Malês, São Francisco do Conde, Bahia.

Essa proposta de estudo tratará da análise da legislatura de duas deputadas federais do campo político-ideológico da direita, eleitas pelo Partido Republicano Brasileiro - PRB, para os mandatos de 2015-2018: Tia Eron (BA) e Rosangela Gomes (RJ).

O campo político pressupõe confronto, tomada de posição, luta, tensão e poder. É o “lugar de luta entre os agentes que o integram e que buscam manter ou alcançar determinadas posições” (PEREIRA, 2014, p.342). Tanto na direita, quanto na esquerda existem regras que influenciam e se relacionam com o espaço social mais amplo.

No final do século XVIII, o uso das categorias esquerda e direita para indicar preferências políticas aproxima-se da Revolução Francesa. Aqueles que se identificavam com igualitarismo e reforma social sentavam-se à esquerda do rei; os que se identificavam com aristocracia e conservadorismo, ou seja, defendiam o Antigo Regime, à direita. Na Europa, no século XIX, a esquerda passa a associar-se ao liberalismo e a direita ao conservadorismo.

No Brasil, embora com muitas instabilidades, as distinções entre esquerda e direita se encontram na forma que eles buscam para alcançar a igualdade. A direita “reforçaria a autoridade do Estado para que a promoção da igualdade não implique prejuízo da ordem”, defesa das forças armadas, livre iniciativa, ortodoxia econômica, referências favoráveis à classe média e grupos profissionais, nacionalismo, moralidade tradicional e lei e ordem. Já “a esquerda contestaria a autoridade do Estado quando ele reprime os movimentos sociais e políticos igualitaristas”, a defesa da democracia, regulação do mercado, planejamento econômico, economia controlada, análise marxista e referências positivas à classe trabalhadora. (TAROUCO, MADEIRA, 2013, p.159)

O Brasil vem passando por um processo de consolidação da democracia desde meados dos anos 1980 e tem como marco principal a Constituição de 1988, que ratificou o nosso sistema político. Desde então, vivenciamos sete eleições presidenciais com diferentes partidos e ideologias políticas disputando o poder. A partir desse momento, inicia-se a intensificação da democratização, com revogação de todas as medidas que limitavam o direito de voto e de organização política.

Mesmo com a democratização, iniciada com a constituição de 88, constata-se, até os dias de hoje, que um número ínfimo de mulheres chegam aos espaços de tomada de decisão,

seja no legislativo, seja no executivo. Quando se intersecciona ainda mais a análise, incluindo o fator raça na política, conclui-se que no caso das mulheres negras esse número é quase nulo. Podemos contar nos dedos das mãos quem são as mulheres negras na política nacional, apesar de 54,9% dos cerca de 205,5 milhões de brasileiros se declararem pretos e pardos na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua realizada entre 2012 e 2016, e divulgada em novembro de 2017.

A busca pela participação das mulheres na sociedade passou por várias fases em todo mundo ao longo dos tempos. De acordo com Sow (2010 *apud* FAPEMIG, 2013, p.6) “As mulheres, bem como os escravos e os estrangeiros, foram relegados durante séculos à condição de não cidadãos, sendo colocados à margem dos assuntos de interesse público.” No Brasil colonial, em que a estrutura patriarcal estruturava as relações de gênero apenas os homens detinham o poder de acesso às decisões, privilégios esses que alcançaram poucas mudanças mesmo depois da independência do país.

A ideia da divisão do mundo a partir das diferenças biológicas, “que ambos os sexos detêm o poder; um, masculino, público; outro, feminino, privado, ligado ao mundo das mulheres com suas funções maternas e reprodutoras.” (CAIXETA, 2004, p.212) também reforçam os papéis de gênero delegado as mulheres.

O lugar da mulher na sociedade é uma construção que nada tem a ver com definições biológica, ela é, para além de histórica, também cultural, direcionadas, onde os significados de gênero e os processos de identificação se desenvolvem, com o objetivo de manter a hierarquia social na mão dos homens.

A naturalização, socialmente construída, da inferioridade das mulheres, a partir das diferenças biológicas dadas como naturais, portanto legitimadas, está também sustentada e estruturada pelo patriarcado, definido “como uma hierarquia de poder ao qual estão sujeitas todas as mulheres, em que o domínio do homem sobre a mulher se fundamenta na crença de uma supremacia biológica” (COSTA, 1998, p.28) e se institui na "base da força e da violência sexual exercida contra as mulheres na qual a violação é seu mecanismo principal de domínio" (p.29).

A dedicação exclusiva da mulher ao lar e à família, levando-a ao isolamento doméstico, é uma realidade planejada a partir das relações sociais de produção. Nesse tipo de relação as mulheres produzem para o privado, para a família e esses papéis condizem com a interpretação de gênero. Sendo o Brasil de uma cultura machista e com resquícios do patriarcado, naturalizando o espaço privado como algo inerente à condição feminina,

acarretando na exclusão das mesmas do trabalho produtivo social e de planejar e organizar suas lutas.

O poder que as mulheres detêm na esfera privada, não apontam para uma inserção na vida pública de forma produtiva, que possam aproximá-las de espaços de poder e decisão que contribua para seu empoderamento.

Do contrário, apontam para uma vida doméstica/privada, com papéis bem engendrados, que a mulher assumiu no seu cotidiano: esposa, dona-de-casa, mãe/avó, filha, velha e trabalhadora, no qual são instruídas durante toda a vida para ocuparem, desde a juventude até sua velhice.

A dedicação excessiva ao trabalho doméstico consequentemente, se tornou uma barreira à educação e à emancipação das mulheres. Essa emancipação só seria possível dentro de uma conjuntura onde as tarefas domésticas ocupassem um tempo insignificante, propiciando tempo em que se pudesse organizar e planejar suas lutas, a qual se torna a fonte básica de educação e de interação social.

Essas relações, moduladas histórica e socialmente, “têm como característica a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares, etc.).” (HIRATA & KERGOAT, 2007, p.5). Nesse sentido, os homens sempre permanecerão na tentativa de manutenção da voz pública, monopolizando os espaços de poder, o que deslegitima as tomadas de decisão política, pois a política feita apenas por homens ou com um número não representativo de mulheres não dá conta da realidade social, sendo assim impossível considerar suas especificidades.

Para as mulheres, a vida ainda estaria estruturada segundo uma divisão sexual do trabalho que acarretaria diferentes opções de vida para ambos os sexos. A mulher estaria designada ao casamento, o que para ela acarreta em assumir as principais responsabilidades pelas tarefas domésticas e criação dos filhos e dedicação ao marido, ao lar e a família, tarefas dadas como prioritárias, condensando dupla jornada de trabalho, o que torna ainda mais difícil seu envolvimento com atividades políticas em qualquer contexto.

Em Beauvoir (2016), encontramos algumas definições de situações sociais vivenciada por cada um desses grupos de mulheres, do qual duas dessas são situações são mais opressoras: o casamento e a maternidade. As limitações impostas à mulher pela cultura patriarcal, direciona as mulheres primeiramente para o casamento. Este é, para a grande maioria, a salvação, uma vez que lhes dada possibilidade inferior ao homem, consolidando sua “incapacidade” de ganhar a vida, pois os privilégios econômicos e as maiores

possibilidades e oportunidades são concedidos aos homens. O casamento se torna um viés para inserção na vida social e para sua integração com a coletividade, uma vez que, culturalmente, a mulher casada é mais respeitada pela sociedade. O casamento, antes de tudo, significa "seu ganha-pão e a única justificativa social de sua existência" (p. 187).

Depois do casamento, a maternidade se torna vocação natural. A pressão social para que essa mulher gere filhos logo após ao casamento, faz com que esse momento se torne uma obrigação em seu papel de esposa, logo, a opção de ter filhos ou não, lhe é negada. Enquanto para os homens o direito de escolha de ser pai ou não é garantido, e até mesmo o abandono da criança é naturalizado. As mulheres são obrigadas a cumprir a tarefa de ser mãe mesmo contra sua vontade.

Um exemplo é a negação do direito ao aborto, cuja a sociedade julga repugnante, por questões morais-conservadoras-religiosas. Baseado na concepção de existe vida desde a fecundação, o Estado criminaliza as mulheres, principalmente as negras e pobres. Estas por sua vez têm índices de mortalidade mais altos que as mulheres brancas, por estarem em maior estado de vulnerabilidade pela falta de assistência.

Além desses fatores sociais que naturalizam as tarefas tradicionalmente exercidas pelas mulheres, fatores culturais e institucionais também impedem a inserção da mulher na vida pública. A cultura política patriarcal, presente nas instituições, constituem aos homens o privilégio de se estabelecerem como agentes políticos, que aprendem na prática e adquirem condições favoráveis para conquistar e realizar-se como homem. As mulheres são tratadas como agentes privados, aprisionadas a vida no lar, com funções inferiores e menos valorizadas em relação ao sexo masculino e sem grandes perspectivas para alcançarem outros espaços.

As conquistas feministas foram decisivas para melhorar as condições de vida das mulheres, para combater as opressões em que elas estavam submetidas e para transformar as sociedades mais justas do ponto de vista de suas estruturas econômicas, sem perder de vista as especificidades de gênero.

O feminismo lutou “pelo voto feminino e pelo acesso das mulheres à educação, (...) direitos iguais no casamento e do direito ao divórcio, (...) à integridade física e a controlar sua capacidade reprodutiva” (MIGUEL, BIROLI, 2014, p.8), bem como pressionou os limites da ordem estabelecida e a forma de pensar o mundo que os legitimam, de modo que pautou também a mudanças para a transformação da sociedade, sobretudo do ponto de vista das estruturas econômicas, sem perder de vista as questões de gênero e as questões de raça,

compreendendo os mecanismos de reprodução das desigualdades e as “desvantagens decorrentes de sua posição de raça e de classe” (p.9).

A partir das lutas dos movimentos feministas, é possível identificar mudanças nos âmbitos dos direitos civis, políticos e sociais que permitiram às mulheres romper com a lógica patriarcal, questionar e enfrentar o machismo estrutural que molda as relações de gênero.

Embora ainda existam muitas barreiras a serem quebradas, os direitos conquistados no início das lutas das mulheres, e os debates mais contemporâneos, como as cotas dentro dos partidos políticos, por exemplo, foram e são acontecimentos importantes, do qual, a partir desse momento, pode-se somar algumas vitórias para a causa das mulheres e se tornam um viés para sua liberdade e autonomia.

O Movimento Feminista tem uma trajetória de grandes conquistas para as mulheres que delas resultaram em direitos democráticos como o direito ao voto, divórcio, educação e trabalho. O direito ao voto, um dos quais considero mais importante para emancipação da mulher, é também a maior conquista do movimento feminista, garantido em 1932, oriundo da luta de Bertha Luz, que fundou a Fundação Brasileira pelo Progresso Feminista.

Para além dessas conquistas, outras pautas de luta por garantias de direitos como direito à vida, direito à liberdade e a segurança pessoal, direito à igualdade e a estar livre de todas as formas de discriminação, direito à liberdade de pensamento, direito à informação e a educação, direito à privacidade, direito à saúde e a proteção desta, direito a construir relacionamento conjugal e a planejar sua família, direito à decidir ter ou não ter filhos e quando tê-los, direito aos benefícios do progresso científico, direito à liberdade de reunião e participação política, direito a não ser submetida a tortura e maltrato, passou a ser reivindicado também pelas Organizações das Nações Unidas – ONU, como Direitos Fundamentais das Mulheres.

A partir dos avanços dessas pautas, as mulheres passaram a ter mais visibilidade, saindo do espaço privado para atuar no espaço público. A saída da esfera privada, embora ainda com pouco fôlego, possibilitou às mulheres disputar espaços, principalmente os espaços políticos, historicamente negado e privilegiado aos homens.

Nesse sentido, a busca pela participação efetiva das mulheres, seja de esquerda, direita ou centro, torna-se também a busca pelo alcance da condição de sujeito de direito, em que a sua sub-representação política reflete em uma sociedade tradicionalmente marcada por desigualdades política, social e econômica.

2 DELIMITAÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO

Como já dito aqui poucas mulheres ocupam os espaços políticos de tomada de decisão no Brasil contemporâneo. Dentre estas poucas podemos contar nos dedos quem são negras e, algumas dessas mulheres negras são partidárias de legislaturas compreendidas como conservadoras do campo da direita. Caso de Tia Eron e Rosângela Gomes.

Constata-se a projeção do pensamento conservador na sociedade brasileira abre caminho para que as ideologias do campo da direita e da extrema direita ganhem mais força e agreguem mais pessoas. Mas, é importante salientar que as pensamento conservadoras excluem e subjagam as mulheres e sua autonomia, uma vez que o conservadorismo também é patriarcal e legitima o machismo dentro das estruturas sociais, das estruturas institucionais e influencia as relações pessoais em qualquer outra esfera.

Os debates políticos atualmente têm avançado de forma substancial e, para além dos diálogos pessoais, eles têm avançado nas redes e nas mídias, em todos os setores da sociedade, seja em casa, nas ruas, nas escolas e universidades. Tais debates apresentam pontos de vista distintos, (entre esquerda e direita) e traz à superfície questões que dividem opiniões, demarcada por argumentos que “apresentam questões morais e filosóficas sobre o que cada um de nós acredita ser verdadeiro e importante em relação à vida humana e como isso influencia nossas expectativas em relação à política” (LEVIN, 2017. p. 7). Nesse sentido, as considerações pessoais, que se tornam interesses de grupos mais amplos, têm tomado espaço que norteiam e fortalecem as aspirações políticas e acabam tornando-se leis que são impostas para toda sociedade.

Dentro desse contexto, como ultimamente os debates que ocorrem, por exemplo, sobre mulheres, a reivindicação ao corpo e sua livre maneira de se expressar, afetividade, causas LGBT, negritude, Direitos Humanos e etc., têm tomado todas as mídias e outros espaços e são reivindicações prioritárias do campo ideológico e político da esquerda. No entanto, poucos estudos foram produzidos sobre o pensamento político-ideológico do campo da direita.

Do ponto de vista do aspecto político, as ideias conservadoras da direita que a séculos detém o poder, se instituíram como cultura, oriunda da Igreja, moldando a personalidade, o pensamento, a moral, os valores e os costumes sociais, desde o Brasil colônia no século XV até os dias de hoje.

Posto isto, apresento as personagens que investigará neste projeto de pesquisa, tendo em vista fazer uma análise mais aprofundada das políticas conservadoras dessas

legislaturas e apresentar como eles contribuem (ou não) para o empoderamento e emancipação das mulheres.

A deputada federal Rosângela Gomes nasceu em 27 de dezembro de 1966, na cidade de Nova Iguaçu, Baixada Fluminense, estado do Rio de Janeiro. Rosângela foi eleita deputada federal pelo Rio de Janeiro em 2014, aos 48 anos, com 101.686 votos, com o apoio do Bispo Edir Macedo, pelo PRB – RJ, para legislatura no período de 2015-2018. E a deputada federal Eronildes Vasconcelos Carvalho, popularmente conhecida como Tia Eron, nascida em 02 de junho de 1972, na cidade de Salvador, na Bahia. Eleita de deputada federal pelo estado da Bahia, em 2014, aos 42 anos. Tia Eron angariou 116.912 votos, também com o apoio do Bispo Edir Macedo, pelo PRB- BA, para legislatura no período 2015 – 2018.

Tia Eron é Formada em Administração de Empresas e Direito. Foi eleita vereadora pela primeira vez no ano de 2000, pelo partido PFL (atual Democratas). Foi vereadora por três mandatos entre o período 2001 a 2014 e eleita deputada federal 2015-2018. É Presidente estadual PRB Bahia e Coordenadora Nacional do PRB Igualdade Racial.

Rosângela Gomes começou a sua jornada profissional como vendedora ambulante, trabalhou como auxiliar em serviços gerais em uma clínica dentária e foi instrumentadora cirúrgica e auxiliar de enfermagem. Formou-se em Direito pela Universidade Cândido Mendes, fez pós-graduação em Políticas Públicas e Direito Público pela IUPERJ. Foi vereadora por três legislaturas entre o período de 2000-2010, quando interrompeu o mandato para concorrer a deputada estadual, ganhando o pleito para o mandato de 2011-2015 e deputada federal entre 2015 -2018. Foi presidente do PL (Partido Liberal) em Nova Iguaçu, RJ entre 1999 e 2003 e vice-presidente do mesmo partido entre 2003 e 2005; presidente do PRB (Partido Republicano Brasileiro) em Nova Iguaçu, coordenadora nacional do PRB Jovem e coordenadora nacional do PRB Mulher.

Rosângela Gomes e Tia Eron são figuras importantes para mostrar como as pautas feministas avançam para que todas as mulheres possam ocupar espaços de poder e aproximar-se para o equilíbrio entre homens e mulheres nos espaços políticos que, por tanto tempo, foi negado às mulheres, principalmente as mulheres negras.

Para tanto, é necessário fazer juntamente uma análise geral do partido em que elas legislam e sua ideologia política. O PRB – Partido Republicano Brasileiro, nasceu em 2004, quando o partido é registrado com o nome de Partido Municipalista Renovador – PMR, tendo seu registro deferido definitivamente pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE- em 2005. O nome do Partido é mudado em 2005, em convenção nacional, pois entende-se que o partido

"evoluiu para um novo conceito político", aprovado pelo TSE em 2006, o qual permanece até os dias de hoje.

De fato, o conservadorismo, fundamentado pela religião e legitimado pela sociedade através da cultura religiosa, acaba por intervir diretamente na vida das mulheres e ainda estabelece uma situação de sobreposição da mulher em relação ao homem. Nessa perspectiva, e principalmente nesse momento político, é imprescindível compreender o que é Direita, como o conservadorismo se insere dentro dessa ideologia e como ela atua a partir de suas representações.

No Brasil, menos de 9,9% das mulheres ocupam as cadeiras do Congresso Nacional. Apesar das mulheres serem mais da metade do eleitorado brasileiro, esses números não condizem com a visibilidade que elas têm na Câmara "dos deputados": as mulheres são apenas 51 para 513 homens. Uma situação grave quando se trata da representação dos direitos e das políticas públicas tão reivindicadas pelas e para as mulheres.

Quando fazemos esse recorte para o universo das mulheres negras, o número cai ainda mais: apenas três mulheres são negras, o que significa 5,8 % de representatividade. Dentro dessa ínfima representação, em discrepância aos debates recentes pelos direitos e liberdade das mulheres negras, temos duas deputadas negras que advogam pelas pautas da direita.

Temos então uma situação paradoxal: com muito empenho do feminismo nas disputas por espaços políticos as mulheres conseguiram alcançar mais espaços de poder, porém legislam em bancadas conservadoras que, no geral, têm levado a perda de direitos e retrocessos políticos. O que se problematiza é que apesar dessas mulheres estarem em lugar de empoderamento político, quando legislam em pautas conservadoras, acabam colaborando para dificultar o avanço de outras mulheres em diferentes áreas.

Nesse sentido, esse projeto se propõe investigar, a partir dos discursos, dos projetos de lei, das ações, das trajetórias fora e dentro políticas como deputadas federais, para analisar como as mulheres, no geral, e as mulheres negras, especificamente, são (ou não) representadas por essas legislaturas. De que forma e/ou até que ponto as legislaturas conservadoras dificultam ou contribuem para o empoderamento feminino? Será que elas fortalecem a reprodução dos papéis de gênero? Se estão, como isso tem acontecido? Quais as ações das mesmas para alavancar o poder feminino e quais as ações para o retrocesso? Elas usam ou não a identidade racial como lugar de fala para legitimar suas ações políticas e se isso reverte para o grupo das mulheres em geral e mulheres negras em particular?

Essas problematizações serão analisadas através da perspectiva da teoria política feminista, que é onde se concentram, na contemporaneidade, as lutas para o avanço de

ocupação das mulheres na vida pública, pautando a importância do empoderamento e autonomia das mulheres.

3 DISCUSSÃO BIBLIOGRÁFICA

O campo de estudos que articula raça, gênero e ideologia política-partidária não esgotou as possibilidades de análise. Observa-se que existem poucos trabalhos que analisam as legislaturas das mulheres negras conservadoras.

Por outro lado, já é possível identificar uma produção consistente sobre mulher e política. No estudo de Luiz Felipe Miguel e Flávia Biroli, no livro *Feminismo e Política* (2014), podemos nos debruçar em uma abordagem ampla do campo da teoria política feminista, em que temas como direito das mulheres colocam em debates a sustentação das hierarquias sociais e o funcionamento das instituições, além de problematizar como as relações de gênero estão enraizadas e organizando de forma desigual as instituições e nossas compreensões do mundo. Aborda ainda a exclusão das mulheres na política e a continuação de suas vulnerabilidades, mesmo tendo conquistado direitos nas últimas décadas.

Em “Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado”, organizado por Venture e Godinho (2013), pesquisadores e estudiosos analisaram, a partir de indicadores resultantes de uma pesquisa realizada em 2010 pela Fundação Perseu Abramo, os vários aspectos relacionados ao debate das desigualdades de gênero no Brasil contemporâneo, apresentando a evolução do pensamento e do papel das mulheres brasileiras na sociedade. Entre os temas abordados no estudo estão: Percepção de Ser Mulher: feminismo e machismo; divisão sexual do trabalho e tempo livre; corpo, mídia e sexualidade; saúde reprodutiva e aborto; violência doméstica e democracia, mulher e política, “com histórias que se distinguem, ao mesmo tempo em que se confundem no intuito de lutar pela sobrevivência e dignidade de si mesma e dos seus” (p.13). Esse estudo também apresenta uma reflexão importante sobre a sub-representação da participação das mulheres negras na política brasileira, que concomitante com o crescimento dos debates feministas, “andam a lentos passos (...) à implementação das políticas públicas (...) voltada às mulheres negras nas instâncias políticas. ” (p.363). Nesta literatura, há uma diversidade de olhares acerca do avanço das mulheres nas últimas décadas, mas também aponta o longo caminho a ser percorrido para inserção da mulher na sociedade e na política de forma efetiva.

Em “As donas no poder - mulher e política na Bahia”, escrito e 1998 por Maria Alice Alcântara Costa, se explora a política nacional brasileira a partir da participação das mulheres baianas nas esferas do poder local. O estudo resgata a participação de mulheres que conquistaram mandato parlamentar entre 1935 e 1994. Esse importante trabalho “comprova a existência de um preconceito maior nos partidos (...)” em relação às mulheres, embora mencione o PCB e o PT como exceções históricas (p.6). Nesta obra, também é colocada a importância do estudo da mulher na vida pública e privada, por entender que “a participação da mulher na atividade política sempre esteve limitada por ser uma atividade pública e, portanto, reconhecida socialmente como uma atividade masculina” (p.11). O que torna crucial estudar seu papel nas duas esferas para compreender a maneira como eles se entrelaçam. Nesse sentido, essa obra tem o papel central de “resgatar o passado político da mulher baiana, as características da atuação feminina na política formal e a maneira como se dá sua relação com o poder, com a família e com o feminismo” (p.14). Além de mostrar o papel da participação feminina na política municipal, tem também o papel de “conhecer e compreender (...) as mudanças ocorridas no âmbito das mentalidades e práticas políticas e o papel que vem tendo o movimento feminista nessa transformação” (p.14).

4 JUSTIFICATIVA

Na conjuntura atual, em que a sociedade se sente mais envolvida com o cenário político, se torna de suma importância explorar a realidade política para conjecturar suas consequências na vida das pessoas.

Desse modo, e mais especificamente para esse momento político, em que o apelo para o retorno aos valores tradicionais consegue movimentar e aproximar parcela significativa da população para a política da direita e da extrema-direita, se torna muito importante avançar nos estudos para vislumbrar a quem essas políticas retrógradas atingem de maneira mais violenta, sobretudo, é mais ainda importante direcionar o foco do estudo para a causa dessas problemáticas que são quem legislam em prol dessas pautas.

Nesse sentido, a partir da perspectiva da teoria feminista, fazendo também o recorte de raça, que é um viés muito importante para analisar os discursos e ações, busca-se analisar neste projeto, as legislaturas tradicionalistas e, a partir disso, produzir narrativas importantes para área de estudo das Ciências Humanas, que propiciem a compreensão dessas ideologias e valha como subsídio, a fim de elaborar outros caminhos e formulações de ideias que

apontem alternativas que impulsionam a emancipação das mulheres fora dos moldes apresentados (ou instituídos?) a partir do conservadorismo.

Negar a importância da discussão dessas questões e da análise sobre o avanço do conservadorismo significa acelerar o processo de sua implementação através das políticas e da expansão das bancadas conservadoras.

Como a produção científica tem como objetivo apropriar-se da realidade para melhor analisá-la e, posteriormente, produzir transformações, a discussão sobre os impactos das legislaturas conservadoras das mulheres negras, além de aspecto prático muito relevante, reveste-se de importância para o meio acadêmico.

Nesse contexto, a maior produção de estudos e conteúdos sobre legislaturas de mulheres conservadoras pode ser o início de um processo de transformação que começa na academia e estende seus reflexos para a realidade social.

Para o curso de Ciências Humanas e a área de conhecimento que envolve e discute a política nacional, pesquisas e trabalhos sobre o avanço do conservadorismo são cada mais necessários e pertinentes.

O estudo dos impactos das legislaturas conservadoras de mulheres negras e suas motivações políticas é necessário para descrever que grupos são esses e analisar as motivações dessas, por exemplo, como essas políticas tradicionais atingem outras mulheres, principalmente as mulheres negras que, direta ou indiretamente, são atingidas de forma mais severa, uma vez que são essas as mais pobres e estão na base da pirâmide social.

O movimento feminista, no qual tive inserção em 2013 e movimento estudantil em 2014, me fizeram ter um olhar mais amplo e aprofundado sobre as questões das mulheres na sociedade, especificamente das mulheres negras, sobre seu empoderamento e sobre os espaços que elas ocupam.

Para essa análise, também foi importante está inserida, antes do meu envolvimento com o movimento feminista negro, em uma comunidade evangélica, cujo os valores, as ideologias, a visão de mundo, as normas e limites bem estabelecidos, impedem muitas mulheres de ter uma vida livre, tanto social, quanto economicamente, ter autonomia sobre seu próprio corpo, ter uma educação que as motivem a tomar decisões em benefício próprio.

Estar na vida pública e ao mesmo tempo a serviço da igreja, exaurindo o fator raça, cujo o conservadorismo e a direita não levam em consideração para avaliar os problemas sociais, gera um debate que, do meu ponto de vista e de vivência, impede um posicionamento favorável à sua autonomia e libertação, bem como também a de outras mulheres.

Foi essa percepção que me impulsionou a buscar compreender como pensam as mulheres negras conservadoras e como elas legislam para garantir direitos a outras mulheres e a si mesma com tantas limitações em suas vidas pessoais e religiosas que acabam por influenciar suas ideologias políticas-partidárias.

5 OBJETIVOS

5.1 GERAL

Analisar as legislaturas de viés conservador das deputadas federais Tia Eron (Bahia) e Rosângela Gomes (Rio de Janeiro).

5.2 ESPECÍFICOS

- Identificar as ideias políticas do campo da direita no Brasil contemporâneo;
- Descrever a ideologia partidária do Partido Republicano Brasileiro;
- Publicizar os projetos políticos defendidos e as legislaturas assumidas por essas mulheres;
- Problematizar o impacto dessas legislaturas conservadoras na vida das mulheres em geral e negras em particular.

6 QUADRO TEÓRICO

Proponho neste estudo futuro olhar para a realidade em questão a partir dos seguintes conceitos:

PODER POLÍTICO - O conceito de política está estritamente ligado ao conceito de poder. Em Bobbio (ano) encontramos dois conceitos de poder, segundo Hegel e Russel, que definem o poder como "meios de se obter vantagens" e "meios em que se permite alcançar efeitos desejados", respectivamente. Esse poder político, no qual se pode alcançar desejos e obter vantagens, por muito tempo esteve na mão da Igreja, a qual através do "cristianismo subtraiu da esfera política o domínio sobre a vida religiosa" (Bobbio, ano, p.172), que dominou e ainda domina outras esferas da vida cotidiana, imprimindo nos indivíduos "a moral

e os bons costumes”. Essa moralidade cristã alcançou com mais força, especificamente em 2014, as esferas públicas, quando foi eleita uma das bancadas mais conservadoras desde 1964, na qual, por muitas vezes, os valores cristãos/conservadores se sobrepôs a laicidade do estado.

Bourdieu (2011), em entrevista à Revista Brasileira de Ciência Política, define poder político como” um capital de reputação, ligado à notoriedade, ao fato de ser conhecido e reconhecido, notável. (...) é, portanto, uma espécie de capital de reputação, um capital simbólico ligado à maneira de ser conhecido. ” (p.204)

CAMPO POLÍTICO - O campo político não pode ser definido apenas como uma luta pelo poder. Existem valores e princípios que regem essa atividade. Na entrevista citada no parágrafo acima, Bourdieu coloca: “a noção de campo político permite construir de maneira rigorosa a realidade do que é a política ou o jogo político”; possibilita ainda comparar essa realidade construída com outras realidades como o campo religioso, o campo artístico, etc. O campo político é “um microcosmo, isto é, um pequeno mundo social relativamente autônomo no interior do grande mundo social. ” (p. 195) com suas próprias leis, regras e formas de funcionamento. “Nele se encontrará um grande número de propriedades, relações, ações e processos que se encontram no mundo global (...) de uma forma particular. ” (p.195). O campo político também tem uma particularidade importante: ele não é completamente autônomo, pois de alguma forma, a última palavra nas lutas são daqueles que estão de fora do campo, a quem Bourdieu chama de “clientes ou leigos”. (p.203).

CONSERVADORISMO: Do ponto de vista do senso comum, o conservadorismo está ligado ao desejo de manter intacta e rejeitar o novo e o apelo à mudança, visto como riscos à ordem instituída. Na Ciência Política, o conservadorismo está ligado às ideias e atitudes que visam à manutenção do sistema político, contrapondo-se às forças inovadoras.

Nas suas origens, “este processo se inicia com a ascensão da burguesia, a emergência do indivíduo e do individualismo, sujeito autônomo e capaz de, por sua ação, fazer a história e transformar a sua realidade” (SILVA, 2010, p.53), se expressando à alternativa à modernidade e ao pensamento progressista. No centro do conservadorismo há um pressuposto de que “a vida humana está vinculada a desígnios sobre-humanos, uma vontade divina que, em última instância, rege os nossos passos” (p.54), na qual, a ação humana seria impotente. A pluralidade dos conservadorismos também se faz presente nas diversas interpretações encontradas no campo da Ciência Política.

EMPODERAMENTO POLÍTICO - o empoderamento político surge nas reações dos indivíduos contra as estruturas políticas tradicionais. No contexto atual, ele surge a partir da

valorização dos Direitos Humanos que, a partir da autonomia dos indivíduos, possibilita melhores condições de participação política e também melhores condições de vida. .

Entende-se como empoderamento político o “acesso dos membros individuais de unidades domésticas ao processo pelo qual são tomadas decisões, particularmente as que afetam o seu futuro como indivíduos” (FRIEDMANN, 1996, p. 34 apud KLEBA, WENDAUSEN, 2009, p.740), em que estes se manifestam, juntamente com outros indivíduos em associações políticas maiores, como o movimento social, o sindicato, o partido político, movimento estudantil, entre outros espaços. As pessoas passam a apropriar-se do poder e se auto organizam para a conquista de ganhos coletivos.

“A melhoria da renda média e conseqüentemente a formação da classe média com mais autonomia e condições de participação política e as redes sociais também tiveram grande contribuição para o empoderamento político”, afirmou o professor Pedro Dallari (2016), em entrevista à Rádio USP. Não podemos perder de vista que a democratização do ensino superior, através das políticas de ações afirmativas, possibilitou o acesso da massa popular ao conhecimento, ao saber e a educação crítica e com mais qualidade, o que também foi subsídio para dar maior amplitude a esse processo.

IDEOLOGIA POLÍTICA - existem vários significados para a palavra ideologia. Esses significados variam de acordo com a teoria e o autor que utiliza. Ao longo da história moderna e contemporânea, diversos movimentos políticos propuseram variados princípios e valores que contém uma visão determinada de como deve ser organizada a sociedade e como deve se dar a relação entre o Estado e a sociedade, cada uma delas colocando diferentes formas de pensar o mundo.

As ideologias políticas apresentam uma visão do ponto de vista econômico, na qual podemos dividir entre esquerda e direita. A primeira apresenta inclinação ideológica ao princípio de igualdade e justiça social e a segunda sob a luz do liberalismo e da propriedade privada.

As ideologias políticas podem ser definidas como ideais, valores e princípios “compartilhado por indivíduos, grupos ou organizações sociais e voltadas para a ações práticas na sociedade” (SELL, 2006, p.51)

Para Bobbio (1995) a ideologia pode ser definida como “um conjunto de ideias e de valores respeitantes a ordem pública e tendo como função orientar os comportamentos políticos coletivos. ” (p.585)

As ideologias políticas buscarão sempre a orientação dos grupos e movimentos sociais e partidos políticos, ao qual estão intrinsecamente ligados, para agir politicamente na sociedade.

FEMINISMO - O feminismo como movimento político e intelectual surge na virada do século XVIII para o XIX. Numa corrente intelectual, o feminismo pode ser definido como “militância pela igualdade de gênero com investigação relativa às causas e aos mecanismos de reprodução e da dominação masculina.” (MIGUEL, BIROLI, 2014, p.17). O feminismo pode ser ainda definido como “construção de uma crítica que vincula a submissão da mulher na esfera doméstica e sua exclusão da esfera pública.” (p.19)

O pensamento feminista é um “corpo altamente elaborado de teorias e reflexões sobre o mundo social” (p.18), através do qual podemos compreender as desigualdades de gênero e pular outros moldes de educação que busque o livre desenvolvimento da mulher como um ser racional, para torná-la plenamente independente.

FEMINISMO NEGRO - A experiência de ser mulher não se dá de forma igual para todas as mulheres. Ela se dá de forma social e historicamente determinadas. O feminismo negro nos possibilita entender a “necessidade de dar expressão a diferentes formas da experiência de ser negro (vivida através do gênero) e de ser mulher (vivida através da raça)” (BAIROS, 1995, p.461), não sendo possível separar raça e sexo, uma vez que uma coisa não existe sem a outra.

A contribuição do feminismo negro para o feminismo, para além das contribuições acadêmicas, são as experiências de mulheres negras, que foram e são subjugadas em detrimento de critérios epistemológicos “que negam a experiência como base legítima para a construção do conhecimento”(p.463), desta forma, o feminismo negro pode ser definido como “conjunto de experiências e ideias (...)que oferecem um ângulo particular de visão do eu, da comunidade, e da sociedade ele envolve interpretações teóricas da realidade de mulheres negras por aquelas que a vivem.”(p.463)

PATRIARCADO - Várias autoras feministas deram conceitos diferentes para o patriarcado. Pode-se definir como “esquemas de dominação-exploração componentes de uma simbiose da qual participam também o modo de produção e o Racismo.” (COSTA, 1998, p. 39).

Millet (1975 *apud* COSTA, 1998, p. 39), define o patriarcado como “uma instituição construída na base da força e da violência sexual exercida contra as mulheres, na qual a violação é seu mecanismo principal de domínio”. A autora ainda define o patriarcado como

“uma instituição revestida de aspectos ideológicos e biológicos que têm a ver com a divisão social, os mitos, a religião, a educação e a economia” (p.29).

Em outra definição geral, a partir da teorização das feministas radicais, o patriarcado também define-se como “como um sistema sexual do poder, como a organização hierárquica masculina da sociedade que se perpetua através do matrimônio, da família e da divisão sexual do trabalho.” (p.30).

As feministas socialistas definem o patriarcado como “organização sexual da sociedade” (p.35) pelo qual, de forma hierárquica, se faz o controle político. As feministas socialistas não isolam o fator econômico, assim como fazem as feministas radicais.

Bairros (1995), nos afirma que a “dominação patriarcal conforma relações de poder nas esferas pessoal interpessoal e mesmo íntimas.” e ainda “repousa em bases ideológicas semelhantes às que permitem a existência do racismo a crença na dominação construído com base em noções de inferioridade e superioridades.”(p.462).

POLÍTICA - Na modernidade, o conceito de política perdeu o seu significado original. O novo conceito de política é empregado para “indicar atividade ou conjunto de atividades que tem, de algum modo como termo de referência a *polis*, isto é, o Estado” (BOBBIO, 2000, p.160). O conceito de política está estritamente ligado ao conceito de poder. Segundo Hegel e Russell, a definição de poder pode ser dada como "meios de se obter vantagens" e "meios em que se permite alcançar efeitos desejados" (p.160), respectivamente.

7 METODOLOGIA

Todo trabalho precisa de técnica e no estudo científico não é diferente. Ele também segue métodos e apoia-se em fundamentos epistemológicos. Nas pesquisas em ciências humanas existem vários métodos que podem ser aplicados para se chegar a um resultado. Cabe à/ao pesquisador/a identificar e escolher aquele mais adequado à realidade que deseja investigar.

Neste projeto de pesquisa trabalhei a pesquisa exploratória para apresentar resultados a partir da modalidade da pesquisa qualitativa, levando em conta aspectos relacionados à condição específica de sujeito.

No início da elaboração do presente projeto, realizei levantamento bibliográfico, análise de conteúdo e pesquisa documental, para me ambientar sobre o tema das mulheres na política, bem como conhecer aspectos mais gerais das deputadas em destaque.

A pesquisa bibliográfica se apresenta como a mais adequada para esse estudo porque “se realiza a partir de registros disponível, decorrente de pesquisas anteriores” em que o pesquisador “trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos” (SEVERINO, ANO, p.130).

Outra metodologia importante a ser utilizada para a pesquisa final é a análise de conteúdo. A partir desse método, é possível analisar o conteúdo das mensagens e seus significados, a expressão verbal e a linguagem que são “indicadores significativos, indispensáveis para a compreensão dos problemas ligado a práticas humanas e seus comportamentos.”(p.129).

Visto que essa pesquisa pretende analisar as ações conservadorismo por detrás da política, é imprescindível analisar “o que está por detrás das palavras.”(p. 129).

A análise documental a partir de “jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais (...) que ainda não tiveram tratamento analítico” (p.130), na qual é possível desenvolver investigação e análise.

8 CRONOGRAMA PARA O MESTRADO

Semestre	Atividades					
	realização das disciplinas	Leituras sobre PRB, conservadorismo e direita	leitura das fontes sobre as deputadas e análise do conteúdo	qualificação	redação de dissertação seguido de leituras necessaria	defesa da dissertação e final do semestre
1	x	x				
2	x		x	x		
3					x	
4					x	x

REFERÊNCIAS

- BAIROS, Luiza. Nossos Feminismos Revisitados. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 458, jan. 1995. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16462/15034>>. Acesso em: 21 maio 2018.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo Sexo: a experiência vivida**. vol. 2. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- Blog pessoal do Bispo Edir Macedo <https://blogs.universal.org/bispomacedo/>
- BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- BOBBIO, Norberto; NICOLA, Matteuci; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. vol 1. 11ª ed.- Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1998.
- BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. 23. ed. São Paulo: Malheiros, 2016.
- BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.** Brasília, n. 5, p. 193-216, julho de 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522011000100008&lng=en&nrm=iso>. acesso em 21 de maio de 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-33522011000100008>.
- CAIXETA, Juliana Eugênia; BARBATO, Silviane. Identidade feminina: um conceito complexo. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 28, p. 211-220, agosto de 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2004000200010&lng=en&nrm=iso>. acesso em 21 de maio de 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2004000200010>.
- COSTA, Ana Alice Alcantara. **As donas no poder: mulher e política na Bahia**. Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, FFCH/UFBA, 1998.
- COSTA, Ana Alice. Duas faces da participação política da mulher. **Revista Feminismos**, Salvador, v. 2, n. 2, p. 23-30, mai, 2014. ISSN: 2317-2932. Disponível em <<http://www.feminismos.neim.ufba.br/index.php/revista/article/view/142/111>>.
- DALLARI, Pedro. Empoderamento político, fenômeno de nossos tempos. **Jornal da USP**. 14 de maio de 2016. Disponível em <<http://jornal.usp.br/atualidades/empoderamento-politico-fenomeno-de-nossos-tempos/>>.
- FARIAS, Juliana Barreto. **Mercado Minas: africanos ocidentais na Praça do Mercado do Rio de Janeiro (1830 – 1890)**. – Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio/ Casa Civil/ Arquivo Geral da Cidade do Rio, 2015.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Cad. Pesqui. [online]. 2007, vol.37, n.132, pp.595-609. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742007000300005>.
Igreja Universal do Reino de Deus <https://www.universal.org/>

KLEBA, Maria Elisabeth; WENDAUSEN, Águeda. Empoderamento: processo de fortalecimento dos usuários nos espaços de participação social e democratização política. Saúde soc., São Paulo, v. 18, n. 4, p. 733-743, dez. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902009000400016&lng=en&nrm=iso>. acesso em 21 de maio de 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902009000400016>.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEVIN, Yuval. **O grande debate: Edmund Burke, Thomas Paine e o nascimento da esquerda e direita**. 1 ed. Rio de Janeiro: Record, 2017.

MIGUEL, Luís Felipe. **Feminismo e Política: uma introdução**. Luís Felipe Miguel; Flavia Biroli. – 1.ed. – São Paulo: Boitempo, 2014.

MOREIRA, Núbia Regina. **O feminismo negro brasileiro: um estudo do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro e São Paulo**/ Núbia Regina Moreira - Campinas, SP : [s.n], 2007. <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/278996>>
Partido Republicano Brasileiro <https://www.prb10.org.br/>

PEREIRA, Elaine Aparecida Teixeira. O conceito de campo de Pierre Bourdieu: possibilidade de análise para pesquisas em história da educação brasileira. **Revista Linhas**, Santa Catarina, v. 16, n. 32, 2015. e-ISSN 1984 7238. Disponível em <http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/viewFile/1984723816322015337/pdf_97>. acessos em 21 maio 2018.

SACCHET, Teresa. Capital social, gênero e representação política no Brasil. **Opin. Publica** , Campinas, v. 15, n. 2, p. 306-332, nov. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762009000200002&lng=en&nrm=iso>. acesso em 22 de maio de 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762009000200002>.

SCHURSTER, Karl; LAPSKI, Igor. Velhas e novas direitas: a atualidade de uma polemica. **Revista Diálogos**, Recife: Edupe, 2014. ISSN 1415-9945. Disponível em <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305541164019>>. acesso em 21 de maio de 2018.

SELL, Carlos Eduardo. **Introdução à sociologia: política e sociedade na modernidade tardia**. Vozes, 2006.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24 ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, Antônio Ozaí da. O Pensamento Conservador. **Revista Espaço Acadêmico**. n. 204, p. 53-55, maio de 2018. Disponível em
<<http://ojs.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/9912/5472>>

TAROUCO, Gabriela da Silva; MADEIRA, Rafael Machado. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba , v. 21, n. 45, p. 149-165, mar. 2013 . Disponível em
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782013000100011&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 21 maio 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782013000100011>.

VENTURI, Gustavo. **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública** / Gustavo Venturi e Tatau Godinho (orgs.); prefacio: Eleonora Menicucci. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Edições Sesc SP, 2013.